

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 02/2023 – Março e Abril de 2023



ÍNDICE

05

Boletim Informativo - CAOPAM

06

Notícias do MPBA - MP acompanhará gastos públicos com festas juninas na Bahia

07

Notícias do MPBA - Seminário debate desafios e oportunidades da Nova Lei de Licitações

07

Notícias do MPBA - Integrantes do MP debatem Nova Lei de Licitações

08

Notícias do MPBA - MP aciona Município de Juazeiro por conta de irregularidades em Unidade de Saúde da Família

08

Notícias do MPBA - Município de Juazeiro firma acordo com MP para realização de concurso público na cidade

08

Notícias do MPBA - MP firma acordo com Câmara Municipal de Juazeiro para garantir realização de concurso público

09

Notícias do MPBA - MP da Bahia participa de reunião do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público

09

Notícias do MPBA - Município de Serrinha é acionado após irregularidades no Portal Transparência



09

Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Serrinha é acionado para ressarcir cofres públicos em mais de R\$19 milhões

10

Notícias do MPBA - MP apura possíveis irregularidades em concurso público de Filadélfia

10

Notícias do MPBA - MP aciona Município de Itapebi para realização de concurso público

10

Notícias do MPBA - Macaúbas se compromete a impedir prática de nepotismo na Prefeitura

11

Notícias do MPBA - MP pede que Justiça condene ex-prefeito de Biritinga a ressarcir o Município em mais de R\$ 100 mil

11

Notícias do MPBA - MP aciona ex-prefeita de Itagimirim por danos causados ao erário

11

Notícias do MPBA - Consob atende recomendação do MP e suspende pregão voltado à contratação de empresa de diagnóstico

12

Notícias do MPBA - MP recomenda afastamento de parentes de prefeito em Guajeru

12

Notícias do MPBA - Ajuizada sexta denúncia da Operação “Fake Rent” em Salvador



ÍNDICE

12

Notícias do MPBA - Lukas Paiva, ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, e o advogado Taciano Aragão Leite são condenados por obstrução de Justiça

12

Notícias do MPBA - Integrantes de organização criminosa que fraudou processos judiciais de inventários são condenados à prisão

13

Notícias do MPBA - Dias D'Ávila se compromete a retomar linhas de ônibus que ligam dois distritos ao Município

13

Notícias do MPBA - MP recomenda que Guanambi revogue doação de terreno a instituição de ensino privada

13

Notícias do MPBA - MP recomenda que Município de Anagé solucione problemas do transporte escolar

14

Notícias do STF

16

Notícias do STJ

18

Expediente

Prezados colegas,

Apresento a segunda edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2023. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



MP acompanhará gastos públicos com festas juninas na Bahia

Promotores de Justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa foram recomendados pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti a instaurar procedimentos administrativos para acompanhar a legalidade, a economicidade e a transparência dos gastos públicos com festejos juninos nos municípios baianos este ano de 2023. A orientação é para que os membros do Ministério Público estadual busquem, sempre que possível, o diálogo com os gestores na adoção de medidas preventivas de danos ao erário e, somente quando verificados indícios concretos de irregularidades nos procedimentos de contratações, instaurem procedimentos investigatórios cíveis e/ou criminais.

A Recomendação 01/2023 foi publicada no Diário da Justiça eletrônico de ontem, dia 13. Nela, a PGJ registra que os procedimentos administrativos devem ser instaurados segundo subsídios prestados pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam). Para elaboração do documento, Norma Cavalcanti considerou, dentre outros fatores, que os festejos juninos são manifestações culturais de alta significação popular, contando com a proteção estatal [...]

[+ Veja mais](#)





Seminário debate desafios e oportunidades da Nova Lei de Licitações

Desafios e oportunidades da Nova Lei de Licitações, a lei nº 14.133/21, estão sendo discutidos hoje, dia 11, em seminário realizado pelo Ministério Público estadual e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Gestores públicos envolvidos com a área de compras de órgãos municipais e estaduais, promotores de Justiça e auditores estão debatendo a lei que, segundo especialistas, traz mudanças significativas na forma de licitar. O seminário acontece com o apoio do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), da Assembleia Legislativa e da União dos Prefeitos da Bahia. [...]

[+ Confira](#)



Integrantes do MP debatem Nova Lei de Licitações

Os desafios impostos pela Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, foram debatidos ontem, dia 19, e na segunda-feira, dia 17, por membros e servidores do Ministério Público estadual. Eles participaram de evento promovido com o objetivo de realizar uma análise objetiva e prática, desde o planejamento até a execução contratual, posicionando os instrumentos auxiliares nas licitações e contratações e abordando os novos contornos jurídicos da contratação direta. Tudo isso sem se descuidar do posicionamento atualizado da doutrina e das perspectivas jurisprudenciais que tratam do novo sistema brasileiro [...]

[+ Veja mais](#)



MP aciona Município de Juazeiro por conta de irregularidades em Unidade de Saúde da Família

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o Município de Juazeiro, na quinta-feira (23), por conta de irregularidades sanitárias detectadas em Unidade de Saúde da Família. Na ação, a promotora de Justiça Rita de Cássia Caxias de Souza solicita à Justiça concessão de medida de urgência que obrigue o Município a realizar reformas [...]

[+ Continue lendo](#)

Município de Juazeiro firma acordo com MP para realização de concurso público na cidade

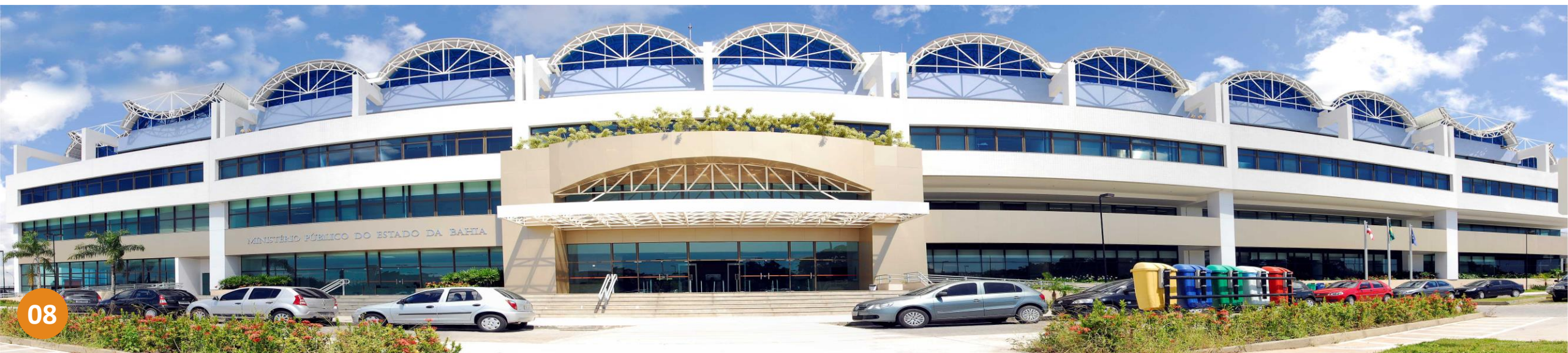
O Ministério Público estadual firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Juazeiro para a realização de concurso público na cidade. No acordo, o Município de comprometeu a realizar o levantamento da real necessidade dos cargos, destacando os que são necessários criar, modificar ou extinguir até o dia 10 de junho [...]

[+ Confira](#)

MP firma acordo com Câmara Municipal de Juazeiro para garantir realização de concurso público

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado entre o Ministério Público estadual e a Câmara Municipal de Juazeiro para garantir a realização de um concurso público. O acordo, celebrado por meio da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, acontece após a abertura de um inquérito civil para avaliar a legalidade de cargos [...]

[+ Prossiga](#)





MP da Bahia participa de reunião do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Monteiro Ferrari, participou da reunião do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), que ocorreu ontem (9) e hoje (10), em Florianópolis. A reunião contou com a participação de coordenadores de Centros de Apoio Operacional do Patrimônio Público dos Ministérios Públicos de diversos estados, e debateu o papel dos centros diante do Programa de Integridade e Compliance e da Nova Lei de Licitações, entre outros assuntos. O evento também contou com momentos para debater [...]

[+ Continue lendo](#)



Município de Serrinha é acionado após irregularidades no Portal Transparência

O Ministério Público estadual, por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha, ajuizou uma ação civil pública contra o Município para que o Portal da Transparência seja atualizado nos moldes da Lei Complementar nº 101/2000 e das disposições da Lei 12.527/2011. A objetivo da ação é que o Município seja obrigado a disponibilizar no Portal o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) atualizados (2018-2022), bem como melhorar a instrumentalização do portal para que [...]

[+ Confira](#)

Ex-prefeito de Serrinha é acionado para ressarcir cofres públicos em mais de R\$19 milhões

O Ministério Público estadual, por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha, pediu que a Justiça condene o ex-prefeito de Serrinha, Osni Cardoso de Araújo, a ressarcir R\$19.122.263,16 aos cofres municipais. O dano ao erário teria ocorrido no exercício de 2016, violando normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme atestam relatórios do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). A ação, ajuizada no dia 12, pede que o valor ressarcido seja acrescido de juros e correções monetárias, contando da ocorrência do fato ao seu devido pagamento, além das multas impostas pelo Tribunal de Contas [...]

[+ Leia mais](#)



MP apura possíveis irregularidades em concurso público de Filadélfia

Possíveis irregularidades no concurso público realizado pelo Município de Filadélfia para o preenchimento de vagas no quadro de servidores motivaram o Ministério Público estadual a encaminhar recomendação ao prefeito, Lorivaldo Pereira Maia, ontem, dia 26. No documento, a promotora de Justiça Gabriela Gomes Ferreira, recomendou ao gestor que não homologue o concurso público, no prazo de 90 dias [...]

[+ Confira](#)



MP aciona Município de Itapebi para realização de concurso público

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Dinalmari Mendonça, ajuizou no dia 19 deste mês ação civil pública contra o Município de Itapebi para que seja realizado concurso público para todos os cargos com vagas efetivas na cidade, inclusive agentes comunitários de saúde e endemia. Na ação, o MP requer que o Município realize a licitação para a contratação de empresa que fará o certame, publicando o edital para contratação da referida empresa no prazo de 60 dias, e o edital para realização do concurso público em 180 dias, ambos os prazos contados da eventual concessão da liminar pela Justiça. Segundo o promotor de Justiça, em agosto de 2021, a Procuradoria [...]

[+ Continue lendo](#)

Macaúbas se compromete a impedir prática de nepotismo na Prefeitura

O Município de Macaúbas assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público estadual e se comprometeu a impedir prática de nepotismo em cargos públicos municipais, bem como exonerar, em até 15 dias, os servidores que se enquadrem em situação de nepotismo. Segundo o promotor de Justiça Victor Teixeira Santana, o TAC considerou um inquérito civil que [...]

[+ Leia mais](#)





MP pede que Justiça condene ex-prefeito de Biritinga a ressarcir o Município em mais de R\$ 100 mil

O ex-prefeito do Município de Biritinga, Antônio Celso Avelino de Queiroz, pode ser condenado pela Justiça a ressarcir mais de R\$ 100 mil aos cofres públicos. Isso é o que solicita o Ministério Público estadual em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo promotor de Justiça Marco Aurélio Nascimento Amado. Segundo a ação, o ex-prefeito causou danos ao erário municipal durante o exercício do seu mandato, sobretudo no ano de 2019, quando as contas da Prefeitura foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios. A ação registra que o TCM chegou a aplicar multas ao ex-gestor, que somaram R\$ 72 mil, mas nenhum [...]

[+ Continue lendo](#)



MP aciona ex-prefeita de Itagimirim por danos causados ao erário

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra a ex-prefeita de Itagimirim, Devanir dos Santos Brillantino, em razão de danos causados aos cofres públicos do Município. O objetivo da ação, explica o promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias, é garantir o ressarcimento do erário. Ele solicita à Justiça que condene a ex-prefeita a ressarcir ao Município a quantia de R\$ 35.366,81. [...]

[+ Confira](#)

Consob atende recomendação do MP e suspende pregão voltado à contratação de empresa de diagnóstico

O Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Barreiras e Ibotirama (Consob) acatou recomendação do Ministério Público estadual e suspendeu hoje, dia 20, o pregão destinado a contratar uma empresa especializada na prestação de serviços de diagnóstico por anatomia patológica geral e exames citopatológicos para atender as necessidades da Policlínica de Saúde da Região de Barreiras e Ibotirama. A recomendação expedida ontem (19), pelo promotor de Justiça André Luis Silva Fetal, levou em consideração uma notícia de fato que denunciava irregularidades no edital do pregão eletrônico, a exemplo do prazo de oito dias úteis [...]

[+ Leia mais](#)



MP recomenda afastamento de parentes de prefeito em Guajeru

O prefeito de Guajeru, Jilvan Teixeira Ribeiro, foi recomendado pelo Ministério Público estadual a afastar dos quadros do Município familiares que ocupam cargos comissionados sem preencher os requisitos previstos na Constituição Federal. A recomendação da promotora de Justiça Adriana Patrícia Cortopassi Coelho é para que o gestor rescinda todos os contratos [...]

[+ Continue lendo](#)

Lukas Paiva, ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, e o advogado Taciano Aragão Leite são condenados por obstrução de Justiça

O ex-presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, Lukas Pinheiro Paiva e o advogado Taciano Aragão Leite foram condenados, cada um, a mais de um ano de reclusão pelo crime de obstrução de Justiça. Lukas presidiu a casa legislativa no biênio 2017/2018 [...]

[+ Leia mais](#)



Ajuizada sexta denúncia da Operação “Fake Rent” em Salvador

A Justiça recebeu denúncia do Ministério Público estadual contra sete suspeitos da prática dos crimes de associação criminosa, estelionato, inserção de dados falsos em sistema de informação e corrupção ativa e passiva. Letícia Almeida das Neves, Frederico Pereira de Assunção, Marcos Nascimento dos Santos Filho, Paulo Roberto Santos, Alexsandro [...]

[+ Confira](#)

Integrantes de organização criminosa que fraudou processos judiciais de inventários são condenados à prisão

Três advogados, um servidor público e um falsificador, acusados de integrar uma organização criminosa que fraudou processos judiciais de inventários junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, foram condenados à prisão a pedido do Ministério Público estadual, na quinta-feira (13), pela Vara dos Feitos Relativos [...]

[+ Veja mais](#)



Dias D'Ávila se compromete a retomar linhas de ônibus que ligam dois distritos ao Município

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado entre o Ministério Público estadual e a Prefeitura de Dias D'Ávila nesta terça-feira, dia 14, para garantir que o transporte coletivo que liga os distritos 'Beribeira' e 'Leandrinho' à cidade seja retomado. O compromisso, firmado com a 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila, estabelece que, em até dez dias, a empresa Univale retome as linhas que conectam o Município com os dois distritos, realizando trajetos de ida e volta [...]

[+ Leia mais](#)

MP recomenda que Guanambi revogue doação de terreno a instituição de ensino privada

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Caires, recomendou que o Município de Guanambi promova, em até 20 dias, todas as medidas necessárias, inclusive judiciais, para revogar a doação de uma área de 3.150 m² feita ao Centro de Educação Superior de Guanambi (CESG) em 2019. A recomendação, assinada no último dia 16 na 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi, considerou um inquérito civil que atestou o descumprimento do compromisso assumido pelo Centro de Educação. Após a doação, o CESG deveria, em até dois anos, construir uma Unidade de Atendimento à Saúde – Centro Integrado de Saúde, destinada à prestação de atendimento à população. [...]

[+ Confira](#)



MP recomenda que Município de Anagé solucione problemas do transporte escolar

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick da Silva, recomendou hoje, dia 23, que o prefeito e os secretários Municipais de Educação e Finanças de Anagé adotem medidas urgentes e prioritárias para solucionar os problemas do Transporte Escolar Municipal de Anagé, sobretudo na zona rural. Na recomendação, o promotor de Justiça salientou que as medidas atentem em especial aos cuidados com segurança, qualidade e regularidade no transporte. “O transporte escolar, sobretudo nessas localidades [...]

[+ Continue lendo](#)



Iniciativa de lei para a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de educação física - ADI 3.428/DF

RESUMO: É formalmente inconstitucional — por vício resultante da usurpação do poder de iniciativa (CF/1988, art. 61, § 1º, II, “a”) — lei federal de origem parlamentar que cria conselhos de fiscalização profissional e dispõe sobre a eleição dos respectivos membros efetivos e suplentes.

De acordo com a jurisprudência desta Corte [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1084/2023 - Brasília, 07 de março de 2023



Competência normativa da ANTT - ADI 5.906/DF

RESUMO: O exercício da atividade regulatória da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) — especialmente as disposições normativas que lhe conferem competência para definir infrações e impor sanções e medidas administrativas aplicáveis aos serviços de transportes — deve respeitar os limites para a sua atuação definidos no ato legislativo delegatório emanado pelo Congresso Nacional. [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1085/2023 - Brasília, 10 de março de 2023





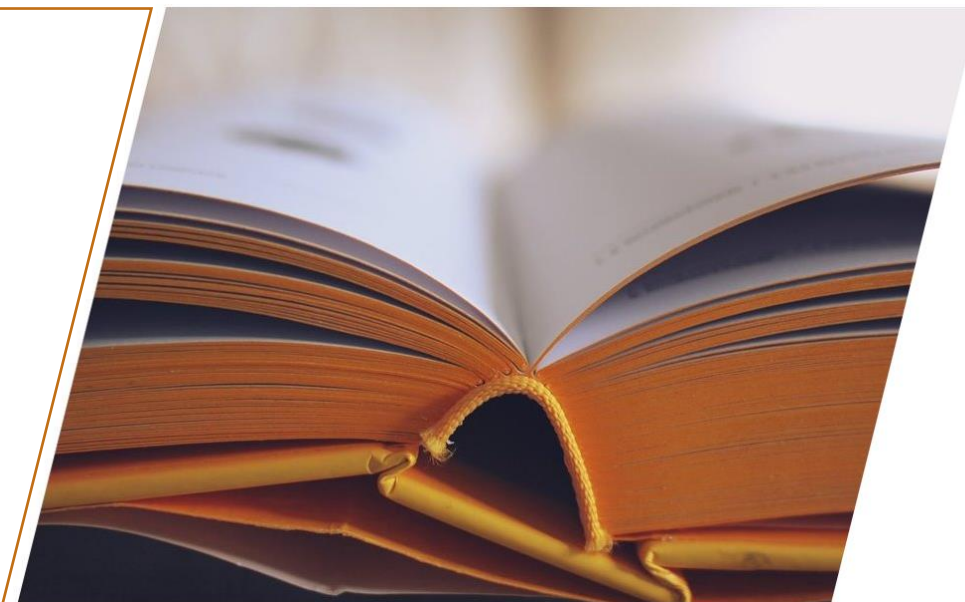
Constituição de fundações públicas de direito privado para a prestação de serviço público de saúde - ADI 4.197/SE

RESUMO: Lei estadual pode autorizar a criação de fundação pública de direito privado para atuar na prestação de serviço público de saúde.

O art. 5º, IV, do Decreto-Lei 200/1967 (incluído pela Lei 7.596/1987) (1) foi recepcionado com eficácia de lei complementar pela Constituição Federal (2). O serviço público de saúde não incide [...]

[+](#) [Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1085/2023 - Brasília, 10 de março de 2023



Clique [aqui](#) para acessar mais Informativos do STF



Desapropriação de imóvel por utilidade pública. Ausência do depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941. Exigência legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse que não impede a continuidade da demanda.

DESTAQUE: A ausência do depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública não implica a extinção do [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0767/2023 - Brasília, 21 de março de 2023

Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de compatibilidade das despesas às leis orçamentárias. Requisitos específicos das ações expropriatórias de imóveis para o desenvolvimento da política urbana.

DESTAQUE: Para cumprimento dos requisitos arrolados no art. 16, caput, I e II, e § 4º, II, da LRF é necessário instruir a petição inicial da ação expropriatória de imóveis com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e apresentar [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0767/2023 - Brasília, 21 de março de 2023





Concessionária de serviço público de energia elétrica. Retirada de patrocínio de plano privado de previdência. Pedido de suspensão de segurança. Ausência de interesse público primário. Ilegitimidade ativa.

DESTAQUE: A pessoa jurídica de direito privado delegatária de serviço público somente tem legitimidade ativa para ingressar com pedido de suspensão de segurança na hipótese em que estiver atuando na defesa de interesse público primário [...]

[+](#) [Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0768/2023 - Brasília, 28 de março de 2023



Clique [aqui](#) para acessar mais Informativos do STJ



Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Juliano Batista de Oliveira



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui